



RESUMOS DA FUNDAÇÃO ► 3

Dinâmica empresarial e desigualdade

Rui Baptista, Coordenação

- A coleção Resumos da Fundação pretende levar até si as ideias-chave dos Estudos da FFMS, de uma forma sintética, linear e clara. Para quem gosta da conclusão mais perto do início.

Dinâmica empresarial e desigualdade

Rui Baptista, Coordenação

António Sérgio Ribeiro

Francisco Lima



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

Director de publicações: António Araújo
Director da colecção Resumos da Fundação: João Tiago Gaspar
Título: Dinâmica empresarial e desigualdade
Coordenador: Rui Baptista
Revisão de texto: João Ferreira
Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign
Impressão e acabamento: Guide Artes Gráficas

© Fundação Francisco Manuel dos Santos e os autores
Outubro de 2018

ISBN: 978-989-8943-14-9
Depósito Legal n.º 446 392/18

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação adotam o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada ao autor e ao editor.

Dinâmica empresarial e desigualdade

Introdução	9
1. Dados estatísticos	17
2. Dinâmica do mercado de trabalho	25
3. A desigualdade nas comunidades intermunicipais e nas áreas metropolitanas	33
4. Análise econométrica	41
Conclusão	43
Abreviaturas	49
Glossário	51
Para saber mais	55
Autores	57

Introdução

As últimas décadas registaram um aumento significativo do empreendedorismo e da proporção de pequenas empresas nas economias desenvolvidas, entre as quais Portugal.

A importância atribuída ao empreendedorismo como fator impulsionador do desenvolvimento económico tem levado a que as políticas públicas na União Europeia deem cada vez mais relevo à criação de novas empresas.

No âmbito do interesse pelo desenvolvimento de ecossistemas empreendedores, isto é, ambientes socioeconómicos favoráveis à inovação e à criação de novas empresas, destaca-se o papel desempenhado por aqueles indivíduos que se dedicam a atividades ou *profissões criativas*, aqui entendidas como aquelas que criam ou utilizam novo conhecimento. A criatividade pode manifestar-se em diversas dimensões, como a tecnológica, a artística e cultural, mas também a económica, particularmente sob a forma de empreendedorismo.

A acumulação de atividades ou *classes criativas* em certas regiões e/ou áreas metropolitanas encontra-se ligada ao crescimento económico e a uma melhoria do desempenho empresarial. Assim, as entidades responsáveis pelo desenvolvimento nacional e regional têm desenvolvido políticas públicas de financiamento da inovação e do empreendedorismo, bem como de atração de potenciais empreendedores e inovadores, em particular no que concerne às referidas

profissões criativas. Em 2018, por exemplo, o governo português lançou a *Startup Portugal*, uma iniciativa com o objetivo de criar um ecossistema de empreendedorismo à escala nacional, atraindo investidores e trabalhadores altamente qualificados, nacionais e estrangeiros, para investirem na criação de novas empresas e no crescimento destas nos mercados externos.

Em paralelo com o aumento do empreendedorismo e a proliferação das *classes criativas*, diversas análises têm registado uma tendência para o aumento da desigualdade nos rendimentos, em particular dos rendimentos do trabalho. Especificamente, observa-se uma crescente *polarização* deste tipo de rendimentos. Isto é, existem cada vez mais trabalhadores com salários mais elevados e, simultaneamente, trabalhadores com salários mais baixos, diminuindo a proporção de trabalhadores com salários medianos.

Os estudos sobre o empreendedorismo realçam a ascensão dos empreendedores de sucesso em termos económicos e sociais, a elevada taxa de mortalidade das novas empresas e o facto de a grande maioria destas não crescer o suficiente para proporcionar rendimentos elevados aos seus criadores. Uma grande parte dos novos negócios tem origem nas pressões resultantes do desemprego – o chamado *empreendedorismo de necessidade*, por oposição ao *empreendedorismo de oportunidade*, dirigido para a inovação, crescimento empresarial e aumento do emprego.

Uma proporção significativa dos novos negócios são criados por empreendedores desempregados ou em risco de

desemprego, com reduzidos níveis de educação e sem experiência em profissões criativas. Esta realidade traduz-se na criação de pequenas empresas, com reduzido potencial de crescimento, que pagam salários abaixo da média da indústria em que se inserem. O *empreendedorismo de necessidade* tende a agravar a desigualdade de rendimentos do trabalho, aumentando a proporção de trabalhadores que auferem remunerações baixas, em vez de promover uma mobilidade ascendente em termos de rendimentos.

A motivação para o presente estudo é analisar a relação entre o empreendedorismo (criação de novas empresas) e a desigualdade salarial, realçando o papel da distribuição regional das pessoas dedicadas a *profissões criativas*. Pretendemos, assim, identificar as características dos mercados de trabalho e do empreendedorismo locais que levam a que diferentes regiões registem diferentes níveis de desigualdade salarial. Em particular, pretendemos determinar:

- i) se o aumento da desigualdade salarial está associado ao aumento da proporção dos trabalhadores com salários mais altos e, ao mesmo tempo, ao crescimento da proporção de trabalhadores com salários mais baixos;
- ii) se maiores taxas de empreendedorismo estão associadas a maiores níveis de desigualdade salarial;
- iii) se o aumento da desigualdade salarial está associado ao crescimento da proporção de trabalhadores em *profissões criativas*;
- e iv) se a desigualdade salarial varia de acordo com a dimensão e a diversidade do mercado de trabalho das diferentes regiões.

Na nossa análise da relação entre o empreendedorismo e a desigualdade observámos de forma mais detalhada dois sectores específicos – o sector financeiro e o sector energético. Esta atenção especial deve-se à dificuldade conceptual em estabelecer uma relação clara de causalidade entre empreendedorismo e desigualdade salarial. Esta dificuldade resulta de um fenómeno que pode designar-se por causalidade inversa. Este fenómeno verifica-se quando um acontecimento (por exemplo, uma aumento da desigualdade salarial) causa outro acontecimento (por exemplo, um aumento do empreendedorismo) mas, simultaneamente, o segundo acontecimento (aumento no empreendedorismo) também causa o primeiro (aumento da desigualdade).

Por exemplo, é de esperar que variações na desigualdade salarial influenciem o empreendedorismo (taxa de criação de novas empresas). É também de esperar um efeito causal no sentido inverso, ou seja, o empreendedorismo (de *necessidade* e *oportunidade*) poderá afetar a desigualdade de rendimentos do trabalho. Isto é, aumentos da desigualdade de rendimentos poderão estar associados a perturbações no mercado de trabalho que levam a maior desemprego (e, conseqüentemente, a mais *empreendedorismo de necessidade*), ou a épocas de expansão económica e crescimento dos salários (que promovem o *empreendedorismo de oportunidade*). A expansão do empreendedorismo terá, por sua vez, efeitos sobre a desigualdade dos rendimentos do trabalho. A criação de mais empresas por necessidade levará, provavelmente, a um aumento da proporção de trabalhadores com baixos salários na economia.

Para entender melhor a origem da causalidade entre empreendedorismo e desigualdade salarial é necessário analisar em maior detalhe aquelas indústrias que estiveram sujeitas a eventos de caráter exógeno, ou seja, acontecimentos que não estão diretamente associados à desigualdade salarial, e que tiveram como efeito o aumento do empreendedorismo (criação de novas empresas).

No caso português, a privatização e desregulamentação dos serviços financeiros nas décadas de 1980 e 1990, tal como a desregulamentação do sector energético, por via das diretivas europeias sobre a eletricidade (1996) e o gás (1998), deram origem a oportunidades de negócio e à entrada de novas empresas no mercado. Estes eventos exógenos são, pelo menos parcialmente, suscetíveis de ter impulsionado a entrada de novas empresas sem afetarem diretamente a desigualdade de rendimentos do trabalho nestes sectores, possibilitando assim verificar se o aumento da criação de novas empresas – o empreendedorismo – causa desigualdade salarial.

Dirigimos a nossa atenção para os mercados de trabalho regionais, estudando as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas portuguesas. O objetivo desta análise é observar os determinantes da variação dos níveis de desigualdade dos rendimentos do trabalho nas diferentes regiões urbanas. A desigualdade de rendimentos entre trabalhadores de regiões urbanas constitui uma preocupação crescente devido às dificuldades registadas pelos mais jovens e pelos trabalhadores mais pobres em estabelecerem-se nas grandes cidades. Este fenómeno, bem documentado

nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha, tem-se estendido às áreas metropolitanas da Europa continental, incluindo a Portugal.

Este estudo analisa a dinâmica da distribuição dos rendimentos do trabalho nas entidades intermunicipais e áreas metropolitanas, associando-a aos níveis de empreendedorismo regionais, à diversidade de indústrias e de *profissões criativas*, e ao impacto destes fatores na desigualdade dos salários. As regiões maiores, que têm mercados de trabalho de grande dimensão, registam maior diversidade sectorial e grandes disparidades de níveis de educação, o que conduz a uma maior desigualdade salarial. Por outro lado, esses mesmos mercados de trabalho com maior dimensão oferecem oportunidades de aprendizagem a trabalhadores com níveis educacionais mais baixos, podendo traduzir-se em atividade empreendedora de sucesso, levando a maior mobilidade na distribuição de rendimentos e a menor desigualdade.

Na parte final deste Resumo recorreremos a modelos econométricos avançados para procurar estabelecer uma ligação entre a desigualdade salarial, ao nível sectorial e regional, e os fatores suscetíveis de afetar a sua evolução, em particular a dimensão e diversidade sectorial nos mercados de trabalho regionais, os níveis de empreendedorismo, de educação, e ainda de trabalhadores em *profissões criativas*. Serão utilizadas várias medidas de desigualdade para tentar determinar quais são os fatores que explicam as diferenças entre regiões portuguesas ao nível da desigualdade salarial.

Este Resumo procura expor as principais conclusões do estudo *Dinâmica empresarial e desigualdade*, editado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. Poderá aceder gratuitamente ao estudo completo em **ffms.pt**.

1. Dados estatísticos

Neste estudo utilizámos a base de dados Quadros de Pessoal, que contém informação relativa às empresas e trabalhadores, entre os anos de 1985 e de 2012. Os dados são enviados obrigatoriamente, em outubro de cada ano, por todas as entidades privadas com pelo menos um trabalhador, ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. A informação sobre as empresas inclui o número de trabalhadores, o sector de atividade, a data de criação da empresa, a freguesia onde está registada e o volume de negócios. Relativamente aos trabalhadores, podemos também encontrar outro tipo de informação, designadamente a idade, a antiguidade, o nível de escolaridade, o nível de qualificação, a profissão, a remuneração e o tipo de contrato. Os dados utilizados no cálculo da desigualdade dizem exclusivamente respeito aos salários declarados.

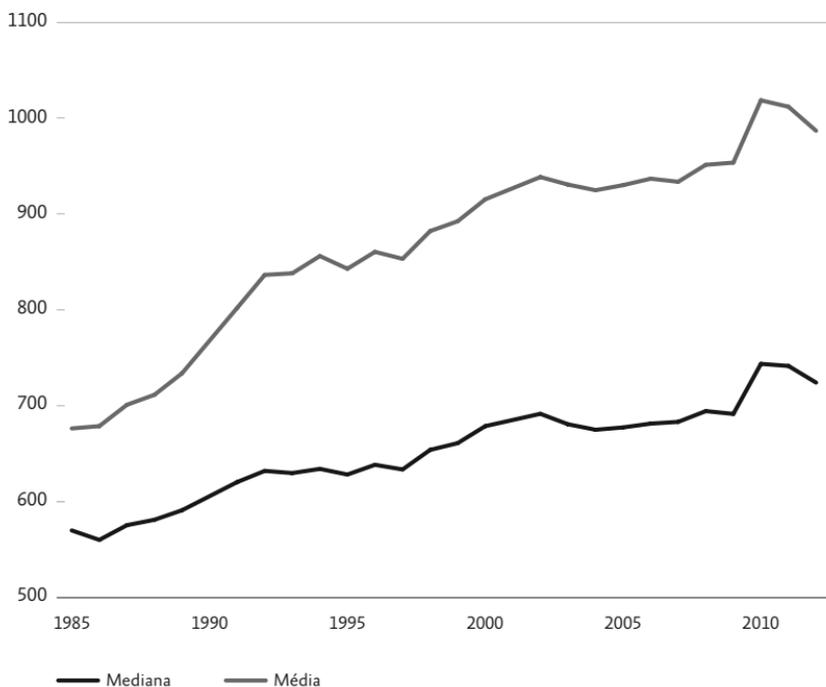
Apresentamos de seguida a descrição dos dados estatísticos utilizados no âmbito do estudo do empreendedorismo e da desigualdade de rendimentos do trabalho. Começamos por apresentar dados ao nível nacional e posteriormente ao nível regional, e para alguns sectores de atividade económica específicos, tendo em particular atenção a intensidade de uso do conhecimento e da tecnologia. Em seguida, observamos a dinâmica do mercado ao nível da criação e destruição de empresas, bem como a desigualdade associada a essa dinâmica.

Desigualdade: total de trabalhadores

Os dados relativos aos trabalhadores são os elementos mais importantes para a realização deste estudo. O número médio de trabalhadores presentes na base de dados nos anos cobertos pelo estudo é de 2,5 milhões, tendo aumentado de 1,89 milhões em 1985 até 2,6 milhões em 2012. Na totalidade dos anos analisados temos mais de 66 milhões de observações. Como medida de rendimento, utilizaremos a remuneração dos trabalhadores por conta de outrem, resultante da soma da remuneração base com as prestações regulares referentes ao mês de outubro em cada ano (mês de referência no inquérito). Nas prestações regulares incluem-se os subsídios (por exemplo, de alimentação) e excluem-se as remunerações extra provenientes de trabalho suplementar, assim como prémios e gratificações irregulares.

Na figura 1 podemos verificar que a remuneração mediana acompanha o crescimento da remuneração média, mas de forma mais lenta, o que resulta no afastamento entre as duas medidas. Por outras palavras, a mediana, que representa o centro da distribuição de rendimentos, tem-se afastado da média, uma vez que esta aumenta com os rendimentos mais altos, enquanto a mediana é necessariamente mais baixa quando há uma grande concentração de trabalhadores que auferem rendimentos mais baixos. Este fenómeno deverá constituir uma primeira indicação do aumento da desigualdade de distribuição do rendimento do trabalho.

Figura 1. Remuneração média e mediana entre 1985 e 2012

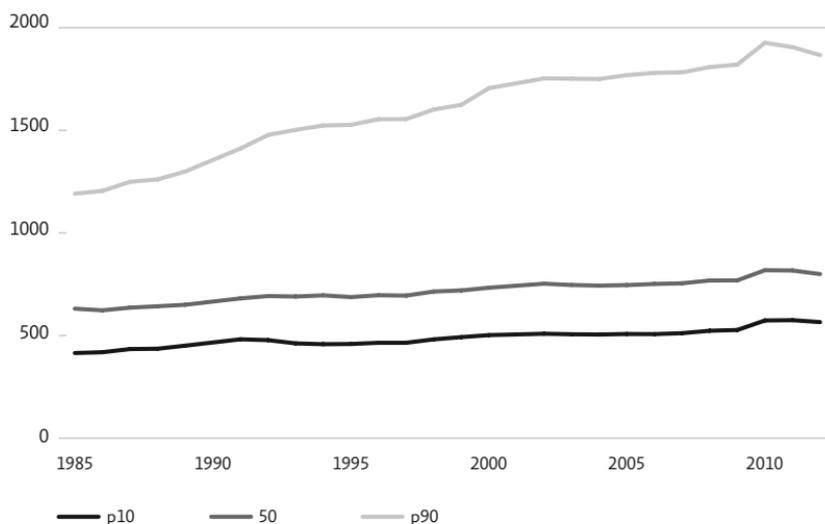


Nota: Valores atualizados para 2012 com o Índice de Preços do Consumidor.

Fonte: Quadros de Pessoal.

A figura 2 mostra que as remunerações dos 10% de trabalhadores que recebem menos (percentil 10) têm crescido nas últimas décadas, mas ainda assim cresceram menos do que as remunerações dos 10% que ganham mais (percentil 90). Entre o ano 1985 e o ano 2012 o rácio de remunerações entre os trabalhadores que ganham mais e os trabalhadores que ganham menos subiu de 3,6 para 3,9. Estes números sugerem que a desigualdade tem vindo a aumentar.

Figura 2. Evolução das Remunerações entre 1985 e 2012: Percentil 10, mediana e percentil 90



Nota: Valores atualizados para 2012 com o Índice de Preços do Consumidor.

Fonte: Quadros de Pessoal.

Desigualdade por regiões

Se é verdade que a desigualdade tem aumentado em Portugal, também é verdade que a desigualdade pode ser, e normalmente é, diferente de região para região. A região de Lisboa é a que tem apresentado maiores níveis de desigualdade ao longo dos últimos anos. As regiões Norte, Centro e Alentejo apresentam crescimentos de desigualdade inferiores ao total nacional, ao invés do Algarve, Lisboa e Ilhas, que observam um crescimento da desigualdade superior ao do país como um todo.

As regiões portuguesas têm diferentes densidades populacionais e diferentes infraestruturas. Assim sendo, é fundamental considerar a informação disponível relativa às regiões para caracterizar e estudar a desigualdade.

Desigualdade de intensidade tecnológica e de intensidade de conhecimento

Iremos agora analisar a desigualdade agregando os sectores de atividade de acordo com a intensidade tecnológica e de conhecimento. Para esse efeito, adotamos a classificação proposta pela OCDE (<https://www.oecd.org/sti/msti.htm>). A intensidade tecnológica diz respeito à indústria, que pode ser dividida em indústria alta (produtos farmacêuticos); média-alta (equipamentos elétricos); média-baixa (construção naval) e baixa tecnologia (têxteis ou vestuário). Os serviços podem ser classificados como serviços de forte intensidade de conhecimento (*KIS – Knowledge Intensive Services*) e serviços com fraca intensidade de conhecimento (*LKIS – Low-Knowledge Intensive Services*).

Nos serviços com forte intensidade de conhecimento temos ainda serviços de alta tecnologia (nomeadamente, atividade de investigação científica e de desenvolvimento); serviços de mercado (transportes aéreos); serviços financeiros (financeiros e seguros); e outros serviços não classificados nas três categorias anteriores (atividades veterinárias ou de educação, por exemplo). Relativamente aos serviços com fraca intensidade de conhecimento existem os de mercado (alojamento e restauração) e outros serviços não classificados na categoria anterior (atividades postais ou organizações associativas).

É importante referir que aproximadamente 15% da população empregada em Portugal no sector privado trabalha em empresas da indústria com baixa tecnologia e mais de 30% trabalha em empresas de serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento.

O sector em que a desigualdade mais subiu ao longo dos anos é o sector dos serviços financeiros, com forte intensidade de conhecimento. Este sector é também um dos poucos que repetidamente apresenta valores de índice de Gini superiores aos valores de todo o sector privado em Portugal. É curioso verificar que os diferentes níveis de intensidade tecnológica e de conhecimento têm como ponto de partida índices de Gini bastante diferentes, mas ao longo do tempo parecem evoluir para valores próximos de 0,350. Este nível de desigualdade de rendimentos do trabalho é inferior ao verificado nos EUA e semelhante ao do Reino Unido, ainda que superior ao da maior parte dos países desenvolvidos da Europa Ocidental e da Ásia.

Ideias-chave

- »» **Cerca de 15% da população empregada em Portugal no sector privado trabalha em empresas da indústria com baixo nível tecnológico. E mais de 30% trabalha em empresas dos serviços com fraca intensidade de conhecimento, em sectores como a hotelaria e restauração.**
 - »» **O sector dos serviços financeiros, de elevada intensidade de conhecimento, é aquele onde a desigualdade mais subiu entre 1985 e 2012, em Portugal.**
 - »» **A Área Metropolitana de Lisboa é a região portuguesa onde a desigualdade de rendimentos mais cresceu nas últimas décadas.**
 - »» **A remuneração média cresceu de aproximadamente 700€ em 1985 para cerca de 1000€ em 2012, no nosso país.**
-

2. Dinâmica do mercado de trabalho

Entradas e saídas de empresas

A dinâmica do mercado de trabalho é um dos fenômenos que podem alterar a desigualdade salarial entre trabalhadores. Vamos agora olhar para os novos postos de trabalho exclusivamente criados por novas empresas. Ou seja, iremos concentrar-nos na influência que as novas empresas podem ter na desigualdade salarial e não nos novos empregos criados por empresas já existentes.

A tabela 1 mostra o número de empregos criados em empresas novas ao longo dos anos, bem como os índices de desigualdade salarial desses empregos recém-criados. É importante sublinhar que estes novos empregos dizem apenas respeito à criação de emprego por empresas novas no mercado.

Tabela 1. Novos empregos criados por empresas novas e índices de desigualdade

Ano	N	P90/P10	P90/P50	GINI
1986	64.373	3.208	1.604	0,255
1987	52.624	3.182	1.667	0,248
1988	61.006	3.191	1.754	0,271
1989	60.540	3.037	1.863	0,289
1991	57.685	3.042	1.842	0,286
1992	39.429	3.138	2.000	0,316
1993	44.994	3.915	2.212	0,359
1994	78.288	4.484	1.853	0,348
1995	37.424	3.399	2.421	0,333
1996	35.552	3.000	2.209	0,324
1997	39.791	3.093	2.093	0,383
1998	43.202	2.688	2.092	0,323
1999	43.256	3.403	2.477	0,390
2000	75.489	5.195	2.910	0,420
2002	76.063	3.011	2.007	0,312
2003	54.352	3.990	2.468	0,341
2004	48.035	3.583	2.042	0,331
2005	59.824	5.320	2.33	0,365
2006	61.099	3.765	2.225	0,345
2007	69.190	3.790	2.140	0,337
2008	68.635	3.917	1.986	0,328
2009	52.149	3.705	1.899	0,317
2010	78.418	4.444	2.450	0,358
2011	138.548	3.776	2.342	0,350
2012	11.580	4.362	2.330	0,361

Nota: p90/p10 – rácio entre o percentil 90 e o percentil 10.

p90/p50 – rácio entre o percentil 90 e o percentil 50.

Fonte: Quadros de Pessoal.

De modo a estudarmos a influência que a dinâmica do mercado pode ter na desigualdade considerámos também: (1) as remunerações dos novos trabalhadores de empresas recém-criadas; (2) as remunerações dos trabalhadores que são funcionários de empresas já existentes; (3) as remunerações dos trabalhadores das empresas que sairão do mercado no ano seguinte; (4) as remunerações dos trabalhadores cujas empresas ficarão no mercado no ano seguinte; e, por fim, (5) as remunerações dos trabalhadores de empresas que já estavam no mercado e que irão manter-se no mercado no ano seguinte.

Comparando os valores de desigualdade nas empresas já existentes e nas novas empresas podemos verificar que a desigualdade é maior nas empresas recém-criadas. De facto, observámos que as empresas que saíram do mercado entre 1985 e 2012 apresentavam um índice de desigualdade salarial inferior ao das empresas entretanto criadas. Para além disso, verificámos que a desigualdade aumentou, ao longo dos anos, por duas vias: maior desigualdade salarial nas empresas novas; e menor desigualdade nas empresas que fecharam. A dinâmica da criação de novos empregos e a destruição de empregos por via da saída de empresas do mercado contribuíram positivamente para o aumento global da desigualdade.

Nível de escolaridade dos trabalhadores de empresas novas

Um dos fatores determinantes dos rendimentos salariais dos trabalhadores é o seu nível de escolaridade. Nos anos iniciais

dos Quadros de Pessoal (1985 e seguintes) cerca de 3% dos trabalhadores identificados não sabiam ler nem escrever. Essa percentagem foi diminuindo ao longo das décadas e em 2012 apenas 0,15% do total de trabalhadores seriam analfabetos. Dos trabalhadores observados ao longo do período 1985-2012, em Portugal, mais de 55% não tinha mais de seis anos de escolaridade completa e menos de 9% tinha mais de 12 anos de escolaridade, ou seja, tinham completado um curso superior. O nível médio de escolaridade tem vindo a crescer. Este facto não é dissociável das revisões legais que foram aumentando a escolaridade mínima obrigatória.

Relativamente ao nível de escolaridade dos trabalhadores contratados pelas novas empresas criadas em cada ano, podemos verificar que aproximadamente 77% desses trabalhadores têm no máximo nove anos de escolaridade completa, 12% têm 12 anos de escolaridade completa e apenas 7% completaram o ensino superior. As percentagens são semelhantes quando olhamos para os trabalhadores que pertencem a empresas que saíram do mercado no ano seguinte. Conclui-se, portanto, que os perfis educacionais dos trabalhadores contratados por novas empresas não difere significativamente dos perfis daqueles que se encontram em empresas antigas que estão prestes a fechar. Esta conclusão sugere que a melhoria nos níveis de escolaridade observados ao longo do período 1985-2012 se reflete sobretudo nos trabalhadores contratados por empresas já existentes que sobrevivem no mercado, e não por empresas novas.

Desigualdade salarial entre trabalhadores contratados por empresas novas e por empresas já existentes

Se analisarmos os índices de desigualdade dos trabalhadores contratados por empresas já existentes, em comparação com os trabalhadores contratados por empresas novas, concluímos que estes últimos apresentam uma maior dispersão de salários. Apesar do salário médio de entrada nas empresas recém-criadas ser menor do que nas empresas mais antigas, a verdade é que os índices de desigualdade são superiores nas empresas novas, de acordo com todos os indicadores. Isso é particularmente evidente quando nos apercebemos da desigualdade salarial entre os trabalhadores melhor remunerados e os trabalhadores pior remunerados nas novas empresas.

Por exemplo, um trabalhador contratado para o percentil 90 (isto é, para o grupo dos 10% mais bem pagos) numa empresa recém-criada auferir, em média, um salário cerca de nove vezes superior ao de um trabalhador contratado para o percentil 10 (ou seja, para os 10% de trabalhadores com salários mais baixos), e três vezes superior a um trabalhador contratado com um salário mediano. Numa empresa já existente, um trabalhador contratado para o mesmo percentil (10% mais bem pagos) auferir um salário cerca de seis vezes superior ao de um trabalhador contratado para o grupo dos 10% com menores salários, e cerca de duas vezes superior ao de um trabalhador contratado com um salário mediano.

Distribuição salarial dos trabalhadores contratados por empresas novas

Que posições no *ranking* salarial vão ocupar os trabalhadores contratados pelas novas empresas por comparação com os trabalhadores contratados pelas empresas já existentes? Mais de 33% dos empregos criados por empresas novas são em profissões que se encontram no quartil mais baixo de salários médios (ou seja, nos 25% de trabalhadores com menores salários na economia portuguesa). Apenas 16% dos postos de trabalho criados são em profissões com salários médios pertencentes ao quartil mais elevado (25% de trabalhadores melhor pagos). Por outras palavras, as novas empresas criam postos de trabalho pior remunerados, em média, do que as empresas já existentes no mercado. Como resultado desta disparidade, a desigualdade salarial, medida pelo índice de Gini, entre os trabalhadores contratados para empresas novas, é cerca de 27% superior à desigualdade salarial entre os trabalhadores contratados por empresas já existentes.

Profissões criativas

Uma das tendências que tem vindo a caracterizar os mercados de trabalho locais, em particular nas regiões urbanas, é a ascensão de uma *classe criativa*, formada por pessoas em profissões que se caracterizam pela utilização e criação de novo conhecimento ao nível tecnológico, artístico e cultural, mas também económico, com reflexo no empreendedorismo. É assim possível distinguir entre trabalhadores em *profissões criativas* e não criativas. Podemos dividir os *trabalhadores criativos* em várias categorias:

- profissionais que estão ligados à ciência (professores e investigadores), físicos, matemáticos, médicos, entre outros;
- profissionais que estão ligados a profissões dinâmicas, que se dedicam à resolução de problemas complexos em circunstâncias de incerteza que necessitam de resposta rápida como, por exemplo, engenheiros, corretores bolsistas, gestores financeiros, e enfermeiros;
- e ainda os profissionais ligados às artes, como escritores, jornalistas, *designers*, músicos, e criadores artísticos.

Se considerarmos apenas os trabalhadores contratados por empresas novas que desempenham *profissões criativas*, concluímos que a esmagadora maioria destes profissionais são contratados para profissões com salários médios elevados. Estes novos trabalhadores são aliciados para profissões com salários acima da média nacional de salários, beneficiando das qualificações e da experiência que lhes permitem ocupar *profissões criativas*.

Quando consideramos as empresas já existentes que criam novos postos de trabalho, constatamos que os trabalhadores contratados para profissões criativas são, tendencialmente, bem pagos. Tendo em conta o que vimos anteriormente, há uma diferença clara entre os trabalhadores empregados em *profissões criativas* e os restantes. Os criativos que são contratados por empresas já existentes tendem a ser mais bem remunerados do que os trabalhadores criativos contratados por empresas novas.

Ideias-chave

- »» **Entre 1985 e 2012 a desigualdade salarial foi genericamente maior nas empresas novas do que nas empresas mais antigas.**
- »» **As empresas que saíram do mercado nesse período, quer por terem encerrado, quer por se terem deslocalizado, apresentavam índices de desigualdade inferiores ao das empresas entretanto criadas.**
- »» **Durante o período estudado as novas empresas criaram postos de trabalho pior remunerados, em média, do que as empresas já existentes no mercado.**
- »» **Os profissionais criativos recebem, em média, mais do que os restantes trabalhadores. Curiosamente, os profissionais criativos que são contratados por empresas antigas tendem a auferir mais do que os contratados por empresas novas.**

3. A desigualdade nas comunidades intermunicipais e nas áreas metropolitanas

A partir de 2013 o território nacional continental passou a estar dividido em diversas entidades intermunicipais. No total existem 21 comunidades intermunicipais e duas áreas metropolitanas. Neste estudo utilizamos esta divisão territorial para não limitarmos a análise aos municípios. Desta forma, conseguimos estudar áreas geográficas territorialmente maiores do que os municípios e estamos em condições de estabelecer uma comparação mais cuidada entre regiões do território continental de Portugal.

Os dados dos Quadros de Pessoal permitem-nos, neste momento, observar a evolução da desigualdade entre 1985 e 2012. Em seguida apresentamos os níveis de desigualdade em dois períodos diferentes: 1995 e 2012. No estudo completo, que suscitou este Resumo, podemos observar os níveis de desigualdade para todos os anos analisados.

A tabela 2 apresenta a ordenação por comunidades intermunicipais de acordo com a desigualdade, determinada pelo índice de Gini. A leitura deste índice é bastante simples: quanto maior o índice maior o grau de desigualdade. A desigualdade é maior no Alentejo Litoral e na Área Metropolitana de Lisboa, do que nas restantes zonas, em ambos os períodos considerados: 1995 e 2012.

A desigualdade aumentou na maioria das comunidades intermunicipais, embora existam algumas exceções. O caso mais significativo foi o da comunidade intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes, onde se verificou uma descida significativa do índice de Gini. No sentido oposto temos a comunidade intermunicipal de Viseu Dão Lafões que registou uma das maiores subidas do índice de desigualdade.

Tabela 2 – Ordenação da desigualdade, determinada pelo índice de Gini, por comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas

Comunidades Intermunicipais	Gini – 1995	Comunidades Intermunicipais	Gini – 2012
Beiras e Serra da Estrela	0,252	Tâmega e Sousa	0,256
Ave	0,255	Terras de Trás-os-Montes	0,265
Tâmega e Sousa	0,261	Beira Baixa	0,275
Cávado	0,269	Beiras e Serra da Estrela	0,275
Leiria	0,277	Alto Tâmega	0,278
Beira Baixa	0,282	Ave	0,287
Alto Minho	0,286	Médio Tejo	0,292
Médio Tejo	0,286	Oeste	0,292
Oeste	0,287	Alto Minho	0,297
Alentejo Central	0,291	Alto Alentejo	0,300
Viseu Dão Lafões	0,294	Cávado	0,302
Alto Alentejo	0,296	Alentejo Central	0,304
Alto Tâmega	0,298	Leiria	0,307
Algarve	0,301	Lezíria do Tejo	0,311
Aveiro	0,307	Algarve	0,316
Baixo Alentejo	0,308	Aveiro	0,319
Terras de Trás-os-Montes	0,310	Baixo Alentejo	0,323
Coimbra	0,314	Coimbra	0,324
Lezíria do Tejo	0,316	Douro	0,325
AM Porto	0,325	Viseu Dão Lafões	0,335
Douro	0,337	AM Porto	0,358
AM Lisboa	0,375	Alentejo Litoral	0,403
Alentejo Litoral	0,379	AM Lisboa	0,413

Fonte: Quadros de Pessoal.

Em seguida, na tabela 3, apresentamos a polarização das profissões para cada uma das comunidades intermunicipais. Trata-se de uma medida quantitativa que reflete a desigualdade na distribuição salarial entre as várias profissões. Para proceder a esta medição ordenam-se as profissões por cada uma das comunidades intermunicipais por salário médio. Desta forma obtém-se um *ranking* de profissões. Em seguida calcula-se a percentagem de trabalhadores em cada profissão de modo a determinar quantos trabalhadores desempenham profissões com maiores e menores salários. Por fim, analisa-se a distância de cada salário médio relativamente à mediana de salários e multiplica-se pela percentagem de trabalhadores, isto para cada uma das profissões. Quanto maior o somatório, maior a polarização.

Uma maior polarização das profissões indica-nos que existem mais trabalhadores afetos a profissões com salários médios mais elevados, assim como a profissões com salários médios mais baixos. Uma polarização elevada significa, portanto, que existem menos trabalhadores em profissões com salários medianos (a chamada *classe média*), concentrando-se os trabalhadores nas profissões que se encontram nos extremos superior e inferior da distribuição salarial. À medida que a polarização aumenta, a classe média diminui de tamanho, aumentando a proporção das classes salariais superior e inferior no mercado de trabalho.

Tabela 3 – Ordenação da desigualdade, determinada pela polarização das profissões, por comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas

Comunidades Intermunicipais	Polarização – 1995	Comunidades Intermunicipais	Polarização – 2012
Leiria	0,257	Terras de Trás-os-Montes	0,279
Beira Baixa	0,268	Alto Tâmega	0,288
Aveiro	0,274	Baixo Alentejo	0,289
Algarve	0,291	Lezíria do Tejo	0,290
Coimbra	0,298	Beira Baixa	0,292
Médio Tejo	0,303	Alto Minho	0,294
Lezíria do Tejo	0,304	Leiria	0,295
Alentejo Central	0,307	Aveiro	0,300
Oeste	0,311	Médio Tejo	0,313
Beiras e Serra da Estrela	0,312	Oeste	0,314
Baixo Alentejo	0,313	Alentejo Central	0,314
Alto Minho	0,319	Tâmega e Sousa	0,315
Tâmega e Sousa	0,331	Beiras e Serra da Estrela	0,323
Cávado	0,335	Alentejo Litoral	0,324
Terras de Trás-os-Montes	0,338	Algarve	0,328
AM Lisboa	0,340	Alto Alentejo	0,331
Alto Alentejo	0,348	Douro	0,332
Viseu Dão Lafões	0,349	Cávado	0,336
Douro	0,350	Coimbra	0,343
Alto Tâmega	0,350	Viseu Dão Lafões	0,347
Ave	0,357	Ave	0,350
AM Porto	0,360	AM Porto	0,351
Alentejo Litoral	0,403	AM Lisboa	0,405

Fonte: Quadros de Pessoal.

Tal como no índice de Gini, também neste indicador se observa um aumento da desigualdade (ou seja, da polarização de profissões) em Portugal. O Alentejo Litoral e Lisboa destacam-se novamente como as comunidades intermunicipais com valores mais elevados de desigualdade. Ao contrário do índice de Gini, neste indicador observamos uma tendência de subida mais acentuada em praticamente todas as comunidades intermunicipais. Isto significa que a proporção de trabalhadores em profissões com salários médios mais elevados aumentou bastante, tal como o número de trabalhadores que exercem profissões que auferem salários médios mais baixos. Em contrapartida, o número de trabalhadores que desempenham profissões com salários médios próximos da mediana diminuiu, verificando-se uma tendência para a redução da importância da *classe média* em termos salariais.

Ideias-chave

- »» Tanto em 1985 como em 2012, a desigualdade era maior no Alentejo Litoral e na Área Metropolitana de Lisboa.
 - »» A desigualdade aumentou na vasta maioria das comunidades intermunicipais portuguesas, entre 1995 e 2012. Uma das exceções foi Terras de Trás-os-Montes.
 - »» A proporção de trabalhadores que auferem salários mais elevados aumentou bastante, tal como a proporção de trabalhadores que auferem salários mais baixos. Reduziu-se o peso na economia das profissões que pagam salários próximos da mediana, o que ajuda a explicar o aumento da desigualdade salarial entre 1985 e 2012.
-

4. Análise econométrica

Aplicámos uma análise econométrica com o intuito de estabelecer uma ligação entre a desigualdade, calculada a partir do salário real, e um conjunto de variáveis explicativas.

Na criação dessas variáveis foram utilizados dados relativos a trabalhadores e empresas em cada região (comunidades intermunicipais, áreas metropolitanas e, a um nível mais desagregado, municípios), recolhidos a partir dos Quadros de Pessoal para o período de 1985-2012.

No que se refere à desigualdade medida a partir do índice de Gini e da polarização de profissões, verificámos que existe uma relação positiva entre a criação de novas empresas e a desigualdade. Ou seja, a criação de empresas (e de empregos em novas empresas) contribuiu para aumentar a desigualdade. Verificámos ainda que a percentagem de grandes empresas presentes no mercado, a idade média dos trabalhadores, o tipo de indústria e a presença de mais homens (que auferem, em média, salários mais elevados para níveis hierárquicos semelhantes) numa determinada empresa, tendem a contribuir para o aumento da desigualdade. Para além disso, a percentagem de trabalhadores com ensino superior está também positivamente relacionada com a desigualdade.

Observámos, igualmente, que a diversidade industrial tem uma relação positiva com a desigualdade de salários. Por outras palavras, quanto mais diversificada é a estrutura industrial de uma região (isto é, quantos mais sectores de

indústria e serviços existem), maior a desigualdade de salários. Por fim, concluímos que o histórico da desigualdade é significativo e persistente, ou seja, que o valor da desigualdade num determinado ano está significativamente relacionado com o valor da desigualdade no ano seguinte.

Foram estimadas diversas variantes de regressões, tendo em conta aspetos técnicos referentes à natureza dos efeitos causais e à dinâmica temporal destes efeitos, alterando o conjunto de variáveis utilizadas, chegando-se a resultados semelhantes em todos os casos, o que confere um grau elevado de robustez aos resultados apresentados.

A nossa análise permite verificar também que, quanto mais *trabalhadores criativos* existem numa região, maior a polarização de profissões. Relativamente ao efeito do empreendedorismo, quanto mais empregos criados em novas empresas, maior a desigualdade salarial, sendo que o efeito é de muito maior magnitude quando olhamos para a polarização das profissões. Estes dois fatores poderão significar que a maioria dos novos empregos estão associados a baixos salários e, sobretudo, a profissões com baixas remunerações.

Verifica-se que um maior número de *trabalhadores criativos* se traduz numa redução do rácio entre o salário mediano e os salários que se encontram nos 10% mais baixos da distribuição de vencimentos. Isto significa que, à medida que são contratados mais trabalhadores para *profissões criativas* com remunerações mais elevadas, os salários na metade inferior da distribuição têm vindo a compromir-se, com os salários da classe média a aproximarem-se dos salários no fundo da distribuição.

Conclusão

A concentração geográfica de trabalhadores altamente qualificados e com experiência em *profissões criativas* ao nível tecnológico, artístico, e empresarial, facilita o contacto entre pessoas com níveis díspares de capital humano, pelo que tende a promover a aprendizagem e o *empreendedorismo de oportunidade* por parte dos trabalhadores com menores níveis salariais. Estes trabalhadores têm a possibilidade de ascenderem na distribuição de rendimentos criando empresas de sucesso baseadas no conhecimento adquirido por via da experiência profissional.

Por outro lado, a acumulação de capital humano criativo numa determinada região tende a aumentar a proporção de trabalhadores que recebem rendimentos do trabalho mais elevados, o que deverá agravar o custo de vida urbano (em particular da habitação), afastando as classes médias. Estas regiões apresentam uma elevada concentração de trabalhadores em profissões ligadas a serviços de carácter acessório e de baixo valor acrescentado, que auferem salários baixos, e são forçados a viver em subúrbios distantes do centro metropolitano por falta de recursos. Assim, as regiões urbanas com maiores níveis de crescimento económico e com maior proporção de trabalhadores com altos níveis de educação, que se dedicam a *profissões criativas*, registam também maior desigualdade nos rendimentos do trabalho.

A análise descritiva da evolução dos rendimentos do trabalho em Portugal, entre 1985 e 2012, permite concluir que as remunerações média e mediana aumentaram ao longo do período (em valores reais). O aumento foi mais acentuado para os trabalhadores que já auferiam rendimentos mais elevados (os 10% mais bem pagos) do que para os trabalhadores que ganhavam menos (os 10% com menores salários) e, inclusivamente, do que para aqueles que ganhavam um salário moderado (próximo da mediana). Este aumento da polarização dos salários foi acompanhado por um aumento da desigualdade salarial global (medida pelo índice de Gini) entre 1985 e 1994, passando a assumir valores relativamente estáveis após esse período. O aumento da desigualdade salarial (índice de Gini) é geralmente mais acentuado nas áreas metropolitanas, em particular na de Lisboa.

No que se refere ao capital humano, entre 1985 e 2012 registou-se um aumento significativo dos níveis de educação. A percentagem de trabalhadores com apenas seis anos de ensino completo desceu de mais de 50% em 1985 para 20% em 2012. Os trabalhadores com ensino superior passaram de 5% para 20% nesse período. Já a percentagem de trabalhadores com 12 anos de escolaridade completa passou de perto de 12% para cerca de 28%.

No que respeita ao impacto do empreendedorismo na desigualdade, verificamos que o índice de Gini das empresas criadas em cada ano (isto é, das contratações feitas por novas empresas) é maior do que o das empresas que saem do mercado nesse mesmo ano. Isto significa que as novas empresas são mais desiguais do que as empresas que saíram do mercado.

A análise específica da evolução dos sectores financeiro e energético, que sofreram choques de carácter exógeno (privatização e desregulamentação) suscetíveis de ter impacto direto no empreendedorismo mas não na desigualdade salarial, sugere uma influência mais forte do empreendedorismo e da entrada de novas empresas na desigualdade salarial. Assim, verificamos que o índice de Gini no sector financeiro aumentou, com um pico no início dos anos 90, altura em que o processo de entrada de novas empresas e contratação de novos trabalhadores levou a um agravamento da desigualdade salarial no sector.

Uma outra forma de identificar o efeito do empreendedorismo/entrada de novas empresas sobre a desigualdade dos rendimentos de trabalho é examinar separadamente a desigualdade salarial relativa aos novos trabalhadores contratados. Ao fazê-lo verificámos que a desigualdade salarial entre os trabalhadores contratados por empresas novas é maior do que a desigualdade salarial entre os trabalhadores contratados por empresas já existentes.

Quando consideramos, em particular, os trabalhadores em *profissões criativas*, observamos que a proporção contratada para os níveis salariais de topo é extremamente elevada, quer em novas empresas (75%), quer em empresas já existentes (perto de 85%). Este resultado sugere que um aumento da concentração dos trabalhadores criativos tende a agravar a desigualdade salarial nas áreas metropolitanas, elevando a proporção dos trabalhadores com salários no topo da distribuição dos rendimentos do trabalho.

A conclusão anterior é suportada pela análise da desigualdade salarial nas comunidades intermunicipais. As regiões com maior densidade de trabalhadores – Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo Litoral, e Área Metropolitana do Porto – registam os maiores valores em todos os indicadores de desigualdade salarial, bem como em termos de polarização entre profissões com salários mais elevados e profissões com salários mais baixos. Estas áreas metropolitanas são também as que registam uma maior proporção de diplomados do ensino superior, maior proporção de trabalhadores em *profissões criativas*, maior diversificação sectorial, menor dispersão etária, e menor proporção de trabalhadores do sexo masculino, ou seja, nelas a presença feminina no mercado de trabalho é maior.

Os resultados obtidos confirmam as conclusões gerais da maioria dos estudos sobre desigualdade salarial, segundo os quais a maior diversificação sectorial e a maior proporção de grandes empresas tendem a gerar maiores níveis de desigualdade salarial e de polarização dos rendimentos do trabalho. Por outras palavras, existem cada vez mais trabalhadores afetos a profissões com salários médios mais elevados, assim como trabalhadores com salários médios mais baixos, diminuindo a proporção de trabalhadores com salários médios intermédios.

Os diferentes modelos econométricos utilizados nestes estudos confirmam também a correlação positiva entre a proporção de trabalhadores em *profissões criativas* e a desigualdade salarial. Todavia, o seu efeito sobre a polarização é negativo, sugerindo que a acumulação de trabalhadores em

profissões criativas tende a favorecer a proporção de salários intermédios e não apenas a proporção de salários no topo dessa distribuição.

Finalmente, uma análise restrita ao período subsequente à crise financeira de 2007-2008, em particular aos anos 2012-2015, permite verificar que a criação de empregos neste período teve um efeito de agravamento da desigualdade dos rendimentos do trabalho, tendendo os empregos criados por novas empresas e por empresas mais antigas a registar salários mais baixos do que os empregos destruídos com o encerramento ou saída de outras empresas.

A análise realizada permite identificar uma tendência crescente para um aumento da desigualdade dos rendimentos do trabalho nas regiões portuguesas, associada a uma densidade populacional elevada e à proporção de empregos nas *profissões criativas* em particular. As áreas metropolitanas registam uma maior diversificação sectorial e maior presença de grandes empresas, contribuindo também para a desigualdade e polarização salariais, com um aumento dos trabalhadores em profissões de elevados salários e profissões de baixos salários, em desfavor dos trabalhadores em profissões com salários medianos.

A economia portuguesa revela uma tendência para a desigualdade e polarização salariais, para o crescimento da atividade empreendedora e, simultaneamente, para a diminuição da dimensão média das empresas. Em Portugal, as novas empresas caracterizam-se pela reduzida dimensão e pelos baixos níveis salariais. Dito de outra forma, uma

proporção elevada das empresas criadas entre 1985 e 2012 resultam do *empreendedorismo de necessidade* e não do *empreendedorismo de oportunidade*.

Embora os resultados obtidos a partir da análise descritiva não sejam absolutamente claros, as análises mais finas permitem verificar que a relação entre empreendedorismo e os rendimentos do trabalho é marcada por um agravamento da desigualdade, associado a um aumento do número de trabalhadores com remunerações mais baixas. Verifica-se ainda que a desigualdade salarial entre trabalhadores contratados por empresas novas é maior do que a desigualdade salarial entre os trabalhadores contratados por empresas já existentes.

Abreviaturas

AM Lisboa Área Metropolitana de Lisboa

AM Porto Área Metropolitana do Porto

EUA Estados Unidos da América

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

Glossário

Causalidade inversa – Verifica-se quando dois acontecimentos ou fenómenos estão associados mas não da forma que seria de esperar à primeira vista. Por exemplo, uma mudança no comportamento da variável A (como a desigualdade salarial) provoca uma mudança de comportamento da variável B (como, o empreendedorismo), mas, simultaneamente, uma mudança de comportamento de B (empreendedorismo) também causa uma alteração no comportamento de A (desigualdade). Assim, torna-se mais difícil estabelecer a origem da causalidade, ou seja, se a alteração de A causou a alteração de B, ou vice-versa.

Comunidades Intermunicipais – Associações de municípios de Portugal Continental, que têm competências anteriormente desempenhadas quer pelos municípios, quer pelo Estado central, que não correspondem aos antigos distritos. Ao todo existem vinte e uma destas entidades no continente, a que se juntam as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Criação líquida de emprego – Mede-se pelo saldo entre as entradas e as saídas no mercado de trabalho. Ou seja, é a diferença entre os postos de trabalho criados e os postos de trabalho extintos numa economia.

Empreendedorismo – No âmbito do presente estudo, “empreendedorismo” entende-se como a criação de novas empresas, sem distinguir explicitamente a motivação para essa criação, ou as intenções do fundador ao nível da criação de emprego e do crescimento futuro da empresa. A taxa de empreendedorismo, ou taxa de entrada de novas empresas, corresponde ao rácio entre o número de empresas

criadas na economia (ou numa região ou sector) durante um ano, dividido pelo número de empresas já existente no ano anterior, ou pelo total da população ativa (isto é, pelo número de pessoas que, a cada momento, são suscetíveis de criar uma empresa).

Empreendedorismo de necessidade – Surge quando alguém cria um novo negócio sem ter outra fonte de rendimento. Esta nova empresa surge da falta de alternativas profissionais do fundador, que se encontra desempregado. Estes tipos de negócios normalmente não implicam muito capital, pelo que frequentemente não se distinguem particularmente da concorrência.

Empreendedorismo de oportunidade – Surge quando alguém vislumbra uma oportunidade de negócio mas não depende desse investimento para viver. Este tipo de empreendedor tem capital acumulado e pode permitir-se investir, e logo arriscar, esse capital para criar um novo negócio, com o objetivo último de aumentar os seus rendimentos e lucrar com a sua ideia.

Evento exógeno – Acontecimento com origem externa ao mercado, isto é, causado por fatores externos à atividade normal das empresas e dos consumidores. Inclui, por exemplo, mudanças de caráter político ou regulatório.

Índice de Gini – Medida de desigualdade que varia entre 0 e 1. O valor máximo de desigualdade, 1, é obtido quando um indivíduo recebe todas as remunerações existentes. O valor mínimo, 0, é obtido quando todos os indivíduos recebem a mesma remuneração.

Índice de preços do consumidor – Mede o preço médio de certos bens de consumo e serviços. É calculado pelo Instituto Nacional de Estatística e serve para perceber a evolução da inflação. Este índice mede as alterações aos preços de alguns produtos,

com o intuito de aferir o custo de vida num determinado território, durante um certo período.

Mediana – Valor que se encontra no meio da distribuição das variáveis depois de ordenadas por dimensão. No caso da mediana das remunerações, ordenamos os trabalhadores por remunerações e a mediana corresponde à remuneração do indivíduo que se encontra a meio da distribuição.

Polarização das profissões – Medida quantitativa que mede a desigualdade de distribuição das profissões. Ordenam-se as profissões por remuneração média em cada uma das regiões e obtemos desta forma um *ranking* de profissões. De seguida, calcula-se a percentagem de trabalhadores em cada profissão. Por fim, vê-se a distância de cada remuneração média relativamente à mediana e multiplica-se pela percentagem de trabalhadores, isto para cada uma das profissões. Finaliza-se procedendo ao somatório. Quanto maior o somatório, maior a polarização das profissões. Ou seja, mais trabalhadores estão afetos a profissões com remunerações mais distantes da mediana.

Profissões criativas – profissões que desempenham atividades criativas e não rotineiras. Por exemplo, profissões ligadas à ciência (professores e investigadores; físicos; matemáticos; médicos); profissões em que se realizem tarefas dinâmicas, imprevisíveis e de resposta rápida (enfermeiros e corretores da bolsa) e profissões ligadas às artes (escritores e músicos).

P10 – O percentil 10 é uma medida estatística que indica o valor abaixo do qual podemos encontrar 10% das observações de uma determinada distribuição.

P50 – O percentil 50 é uma medida estatística que indica o valor abaixo do qual podemos encontrar metade das observações de uma determinada distribuição.

P90 – O percentil 90 é uma medida estatística que indica o valor abaixo do qual podemos encontrar 90% das observações de uma determinada distribuição.

Rácio – É uma divisão entre dois números de conjuntos distintos. O resultado é um número relativo, apenas comparável com outros números que comparam os mesmos conjuntos da mesma forma.

Salário Real – Salário ajustado ao ano mais recente em análise, utilizando como referência o Índice de Preços do Consumidor. Serve, essencialmente, para aferir o poder de compra do salário nominal no que toca a bens e serviços.

Para saber mais

Åstebro, T., Chen, J., & Thompson, P., “Stars and misfits: Self-employment and labor market frictions.”, *Management Science*, 57(11), 2011, pp. 1999-2017.

Atkinson, A. B. *Inequality*. Harvard University Press, 2015.

Audretsch, D. B. *The Entrepreneurial Society*. Oxford University Press, 2007.

Baptista, R., Escária, V., & Madruga, P., “Entrepreneurship, Regional Development and Job Creation: the Case of Portugal.”, *Small Business Economics*, 30, 2008, pp. 49-58.

Baptista, R. & Preto, M.T., “New Firm Formation and Employment Growth: Regional and Business Dynamics.”, *Small Business Economics*, 36, 2011, pp. 419-442.

Baptista, R., & Preto, M. T., “Long-term effects of new firm formation by type of start-up.”, *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 11(4), 2010, pp. 382-402.

Boschma, R. A. & Fritsch, M., “Creative class and regional growth: Empirical evidence from seven European countries.”, *Economic Geography*, 85(4), 2009, pp. 391-423.

Florida, R. *The Rise of the Creative Class: And How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*. NY, Basic Books, 2004.

Florida, R. *Cities and the Creative Class*. London, Routledge, 2005.

Florida, R. *The New Urban Crisis: How Our Cities Are Increasing Inequality, Deepening Segregation, and Failing the Middle Class and What We Can Do About It*. London, Hachette UK, 2017.

Glaeser, E. L., Resseger, M., & Tobio, K. , “Inequality in cities.”, *Journal of Regional Science*, 49(4), 2009, pp. 617-646.

Halvarsson, D., Korpi, M. & Wennberg, K. , “Entrepreneurship and income inequality.”, *Journal of Economic Behavior & Organization*, 145, 2018, pp. 275-293.

Lee, N., Sissons, P., & Jones, K. , “The geography of wage inequality in British cities.”, *Regional Studies*, 50(10), 2016, pp. 1714-1727.

OECD (2018), Self-employment rate (indicator). doi: 10.1787/fb58715e-en.

Piketty, T., & Saez, E. , “Income inequality in the United States”, 1913–1998. *The Quarterly Journal of Economics*, 118(1), 2003, pp. 1-41.

Poderá ainda ser consultado o estudo completo que inspirou este Resumo, editado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos: *Dinâmica empresarial e desigualdade* (2018).

Autores

Rui Baptista, Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, onde é Presidente do Departamento de Engenharia e Gestão. Foi Professor Catedrático da Brunel Business School, Brunel University London, entre 2013 e 2015. Foi Presidente do Centro de Estudos em Gestão do Instituto Superior Técnico (CEG-IST), onde é atualmente afiliado, entre 2010 e 2012. Entre 2004 e 2009 foi *External Research Professor* do Max Planck Institute of Economics, Alemanha. É editor da revista científica *Small Business Economics* (Springer Nature) desde 2005. Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas de empreendedorismo e inovação, desenvolvimento regional, e dinâmicas dos mercados industriais.

António Sérgio Ribeiro, Professor Auxiliar Convidado no Departamento de Engenharia e Gestão do Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa. É investigador no Centro de Estudos em Gestão do Instituto Superior Técnico (CEG-IST). O seu principal foco de investigação concentra-se nas áreas de empreendedorismo e inovação, e economia do desporto.

Francisco Lima, Presidente do Instituto Nacional de Estatística desde Janeiro de 2018. Professor Associado no Departamento de Engenharia e Gestão do Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa. Foi Vice-Presidente do Departamento de Engenharia e Gestão e Vice-Presidente do CEG-IST. No Instituto Superior Técnico foi, igualmente, coordenador dos cursos de licenciatura e mestrado em Engenharia e Gestão Industrial. A sua atividade de investigação centra-se nas áreas de economia do trabalho, empreendedorismo e inovação, e avaliação de políticas.

**“Será que
o empreendedorismo
gera desigualdade
salarial?”**

**“Quais são os sectores
e as regiões em
que a desigualdade
mais cresceu nas
últimas décadas?”**

**“E será a desigualdade
salarial maior nas
novas empresas?”**



9 789898 943149

ISBN 978-989-8943-14-9